

Rumo ao mercado total?

Segunda parte

*Eleutério F. S. Prado*¹

Na conclusão da primeira parte, fez-se a seguinte conjectura: ao promover a expansão da sociabilidade mercantil para fazer o capitalismo avançar historicamente no curto prazo, a tendência à mercadorização – defendida, reforçada e mesmo criada pela ideologia neoliberal – não deixa de minar também as suas condições de existência no médio e no longo prazo. Agora é preciso fundamentar melhor essa posição. E, para tanto, argumenta-se aqui com base no artigo de Nancy Fraser já mencionado. Foi este texto que encaminhou a questão chave daquela e desta nota: “pode a sociedade ser totalmente *mercadorizada*?” (2012).

Na verdade, essa autora escolheu esse título para fazer uma apresentação crítica das teses de Karl Polanyi no livro *A grande transformação* (1980). Ela não trabalha, no entanto, no campo estrito da moral e da ética, mas na esfera da própria vida social e das instituições que a regulam. É assim que resume a intenção de seu artigo:

Em seu livro clássico de 1944, a Grande Transformação, Karl Polanyi encontrou as raízes da crise capitalista nos esforços para criar “mercados autorregulados” de terra, trabalho e dinheiro. Como consequência, essas três bases fundamentais da vida social eram transformadas em “mercadorias fictícias”. O resultado inevitável, afirmou Polanyi, era despojar a natureza, romper as comunidades e destruir os meios de subsistência.

Ora, o seu diagnóstico encontra fortes ecos no século XXI: testemunha-se, agora, a expansão desmedida dos mercados de emissões de carbono e de biotecnologia; a falência do cuidado com as crianças e com os idosos, assim como com a escola de qualidade; e na expansão gigantesca dos mercados financeiros. É por isso que a tese de Polanyi concernente à mercadorização fictícia oferece uma base promissora para uma análise estrutural integrada que conecta três dimensões da crise atual, a ecológica, a social e a financeira. O artigo explora os pontos fortes e fracos dessa tese de Polanyi. (Fraser, 2012, p. 1)

Antes de apresentar uma crítica² – não destrutiva – à tese de Polanyi é preciso notar o seu ponto forte, mediante o qual, já em 1944, criticou os autores neoliberais como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Walter Lippmann. Em resumo, sustentou que a lógica de funcionamento do sistema de mercado não pode ser pensada como autônoma já que essa posição causa grandes tragédias. Pois, esse sistema está enraizado num complexo de relações e instituições sociais não mercantis, as quais constantemente confronta, mas, ao mesmo tempo, depende para subsistir. Por outro lado, as ações que os grupos sociais tomam e as regulações que a sociedade inventa para conter o “moinho

¹ Professor titular aposentado da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.blog>

² Ver também Fleck (2014).

satânico”³ põe limites à sua lógica própria de funcionamento e isto também causa crises, mas agora de natureza econômica. O seguinte resumo que se encontra em seu livro expõe um dilema complicado da sociedade baseada numa economia mercantil generalizada.

“Nossa tese é que a ideia de um mercado auto-regulável implica numa rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teve de tomar medidas para se proteger, mas (...) elas prejudicaram a autoregulação do mercado, desorganizaram a vida industrial e, assim, ameaçaram a própria sociedade. (Polanyi, 1980, p. 23).

É assim que Fraser desenvolve essa tese de Polanyi que fala do capitalismo tal como ele se desenvolvera a partir da primeira revolução industrial no fim do século XVIII e chegara já à II Guerra Mundial.

Para Polanyi a crise capitalista baseava-se menos no abalo da economia em sentido estrito e mais na desintegração das comunidades, no desfazimento das solidariedades e na destruição da natureza. Suas raízes mergulhavam menos nas contradições internas da economia – como a tendência à diminuição da taxa do lucro – e mais em um gigantesco reposicionamento da economia em relação à sociedade.

Invertendo a relação, até então universal, segundo a qual os mercados estavam intrinsecamente ligados às instituições sociais e submetidos a normas morais e éticas, os partidários do “mercado desenraizado”⁴ buscavam construir um mundo no qual a sociedade, a moral, a ética estavam subordinadas aos mercados e modeladas por eles. Essa aspiração, intrinsecamente autodestrutiva e utópica, levou a evoluções profundamente destrutivas da sociedade humana que desencadearam em um contramovimento visando à sua proteção. (Fraser, 2011, p. 620).

Para enfrentar esse dilema, escrevendo no último ano da II Guerra Mundial, ele conjectura que, diante das catástrofes da primeira metade do século XX, o propósito de manter um mercado auto-regulável precisou ser abandonado. Ora, ele via a opção por uma economia de mercado regulada pelas instituições da socialdemocracia como um caminho promissor. “Dentro das nações testemunhamos agora um desenvolvimento em que o sistema econômico deixa de organizar a lei da sociedade e se garante o primado da sociedade sobre esse sistema” (Polanyi, 1980, p. 245). Este caminho, no entanto, segundo ele, precisa ir mais longe, necessita levar a sociedade ao socialismo. “O socialismo é, em sua essência” – diz ele –, “a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática” (idem, p. 230).

Tem-se aqui uma concepção muito peculiar de socialismo.⁵ Deve se notar, entretanto, que as esperanças de Polanyi não se realizaram historicamente. Ao

³ Analogia usada por Polanyi para indicar a natureza dos mercados autorregulados. Eis que, quando deixados a si mesmos, eles consomem a força de trabalho, destroem a natureza, liberam a especulação com o dinheiro.

⁴ Tradução tentativa de “disembedded market”

⁵ Polanyi tem por referência aqui os países ocidentais; logo, ele não se refere aqui ao socialismo soviético que, de certo modo, reconhece a existência, mas critica fortemente por não realizar a liberdade e a democracia. Em seu modelo de socialismo existem mercados, mas entre estes não se incluem nem os

contrário, com as crises dos anos 1970, a ideia do mercado auto-regulável retornou a partir dos anos 1980 e se tornou novamente dominante por meio do neoliberalismo. São, pois, as consequências sociais e históricas desse retorno que levam Fraser a retomar as suas teses originais para tentar chegar a uma teoria crítica capaz de abarcar a totalidade contemporânea. Ao se promover a liberdade dos mercados, passou-se a também incentivar a colonização de todos os domínios da vida social pela lógica econômica.

Aqui, com a intenção de apreender a questão de outro modo, faz-se de início uma crítica (não destrutiva, porém) à uma conceituação central da argumentação de Polanyi. Eis que ele considera a terra, o trabalho e o dinheiro como mercadorias fictícias, tal como mostra o resumo de Fraser apresentado acima. Ora, essa afirmação é bem problemática. Note-se que Polanyi considera fictícias as coisas que aparecem como mercadorias, mas cuja natureza é supostamente não serem verdadeiras mercadorias, ou seja, não serem produzidas para serem vendidas. Na verdade, como aponta Fraser, Polanyi toma a categoria “mercadoria possível” ontologicamente – o que é um erro, pois a existência dos bens como mercadorias resulta de uma dada estruturação social.

Nesse sentido, aliás, o dinheiro é mercadoria por excelência. É preciso separar, portanto, terra e trabalho de dinheiro. Tendo por referência os dois primeiros, vale a seguinte consideração. Note-se que coisas em geral da natureza que não foram apropriadas pelo ser humano não são nem mesmo bens (ou valores de uso); e os bens produzidos socialmente por meio do trabalho e que não foram feitos para serem lançados nos mercados não são mercadorias. Pois, valores de uso e mercadorias são formas sociais e não características intrínsecas das coisas, mesmo se as coisas se tornam valores de uso com base em suas propriedades inerentes.

Na verdade, todos os bens ou valores de uso na forma de mercadorias, de um modo ou outro, para não serem corrompidos pela busca do lucro, precisam de alguma sustentação por meio das instituições não mercantis, assim como de proteção do Estado. E não apenas a força de trabalho e a terra especialmente. Pois, a forma mercadoria – assim como o dinheiro – é intrinsecamente venal. Em nome do maior ganho possível, do lucro, ela tende a corromper os bens mesmo quando está fortemente interessada em obter credibilidade para, assim, garantir a sua própria reprodução possível no futuro.

Eis que é fácil dar exemplos da dependência dos bens de instituições não mercantis que regulam de algum modo a produção e as transações mercantis. Por exemplo, não pode haver qualquer troca mercantil sem alguma confiança mútua dos participantes e sem a garantia dos contratos por meio de normas informais e formais (legislação). Por exemplo ainda, os alimentos que vem da natureza e são fornecidos pela mediação do trabalho na agricultura e na indústria podem causar doenças – e até matar – se não passarem sistematicamente por controles fitossanitários por parte de um órgão estatal cuja função é garantir a qualidade dos produtos que controlam.

E não há nada de novo nessa constatação. Fraser aponta que Hegel, em sua obra *Filosofia do direito*, afirmara que “a esfera das relações contratuais só pode existir com

mercados de terra e trabalho; ademais, nele já se aboliu o dinheiro-mercadoria, pois este foi substituído pelo dinheiro fiduciário, comandado e regulado agora pelo Estado com a finalidade exclusiva de servir à produção e à circulação.

base em um fundo de relações sociais não contratuais. Um esforço para universalizá-la minaria necessariamente a forma social “contrato”, pois destruiria aquela base não contratual da qual ela depende” (*apud*, Fraser, 2012, p. 8). Note-se, em adição, que as bases da economia e dos contratos mercantis não são formadas apenas por práticas e instituições não mercantis. É preciso considerar, também, que estão constituídas pela apropriação de recursos que provém, em última análise, tanto da natureza humana quanto da natureza não humana.

De qualquer modo, é interessante manter o foco da investigação na força de trabalho e na natureza como fontes de riqueza efetiva, assim como no dinheiro como o funcionário mais qualificado dos mercados, ou seja, como meio de circulação, de entesouramento e de pagamento.⁶ Eis que comparecem como elementos centrais do sistema econômico baseado centralmente em mercados, ainda que as duas primeiras se configurem como fundamentos em geral da produção de bens em todos os modos de produção.

Note-se, porém, que se tem aqui coisas e bens com características especiais, tal como ressaltou o próprio Polanyi: eis que a natureza bruta não foi produzida pelo ser humano; a força de trabalho não é produzida pelo sistema econômico enquanto tal, mas com base na família. Tem-se aqui, portanto, uma dupla subordinação cuja função é por as fontes da riqueza material na forma de mercadorias. O dinheiro, por outro lado, confirma-se como mercadoria universal, isto é, como aquela mercadoria que é trocável por todas as outras mercadorias e que é, por isso, o *nervus rerum* da sociabilidade mercantil capitalista.

De qualquer modo, o foco nesses três elementos permite enxergar melhor a crise atual que se revela, para além de crise econômica apenas, como uma crise histórica da sociedade humana, como uma crise da civilização. Crise esta que se mostra em primeiro lugar como uma aguda corrosão das bases não mercantis do sistema econômico que avultou na sociedade moderna. Mas também como desmedida do próprio sistema mercantil de produção e distribuição de mercadorias. Eis como Nancy Fraser encara essa crise civilizatória:

Estamos presentemente vivendo uma crise de enorme gravidade e de grande complexidade. Ainda nos falta um quadro conceitual para interpretá-la e, muito menos ainda, um mapa político que poderia ajudar a resolvê-la de uma maneira emancipadora. Evidentemente, a crise atual é multidimensional, englobando não apenas a economia e a finança, mas também a ecologia, a sociedade e a política.

Dessas dimensões, quero apontar três como especialmente salientes. Há, primeiro, a vertente ecológica da crise, refletida no esgotamento dos recursos não renováveis da Terra e na destruição progressiva da biosfera, como mostra em primeiro lugar – e acima de tudo – o aquecimento global. Há, em segundo lugar, a vertente da financeirização do domínio econômico refletida na criação, aparentemente do ar, de toda uma economia-sombra formada por papéis-valores, insubstancial, mas capaz de devastar a economia “real” e colocar em risco a subsistência de bilhões de pessoas.

Finalmente, há a vertente pertencente à reprodução social, relativizada na crescente deterioração, sob o neoliberalismo, do que alguns chamam de “cuidado” ou “trabalho afetivo”, mas que é entendido, mais amplamente, como as capacidades

⁶ Entretanto, o dinheiro é aqui considerado – em oposição ao pensa Polanyi – como mercadoria por excelência.

humanas disponíveis para criar e manter laços sociais. Nelas, devem ser incluídos o trabalho de socializar os jovens, construir comunidades, reproduzir os significados compartilhados, assim como as disposições afetivas e os horizontes de valor que sustentam a cooperação social.

Tomado isoladamente, cada uma dessas vertentes da crise é suficientemente assustadora. Colocadas todas juntas, tem-se uma constelação verdadeiramente alarmante. É a convergência destas três vertentes – a ecológica, a financeira e a social – que constitui o caráter distintivo que denota a particular severidade da crise atual. (Fraser, 2012, p. 4)

Para finalizar, é preciso enfatizar um ponto central na argumentação acima desenvolvida. Segundo Polanyi, o encontro entre o sistema econômico de mercado e o resto da sociedade se dá mediante uma relação marcada pelo conflito e pela contra-finalidade. Pois, a expansão das relações propriamente econômicas em seu próprio domínio não deixa de avançar e colonizar o seu entorno social, não mercantil, tendendo, assim, a destruir as bases de sua própria existência. E isto, segundo ele, repercute no plano da política como um conflito entre defensores do livre-mercado e aqueles que buscam proteção social contra as consequências dos processos mercantis.

Subvertendo a relação até então universal, na qual os mercados estavam inseridos em instituições sociais e sujeitos a normas morais e éticas, os proponentes do "mercado autorregulado" procuram construir um mundo no qual a sociedade, a moral e a ética estejam subordinadas e até mesmo modeladas como mercados. Concebendo o trabalho, a terra e o dinheiro como "fatores de produção", tratam essas bases fundamentais da vida social como se fossem mercadorias comuns e as submetem às forças de mercado. Por efeito dessa "mercadorização fictícia"⁷, são destruídos os habitats, os meios de subsistência e as comunidades, suscitando assim um movimento contrário que busca continuamente estabelecer "proteções à sociedade". O resultado desvelou-se historicamente como um padrão distinto de conflito social, que ele chamou de "o movimento duplo": um conflito em espiral entre os defensores do livre-mercado, de um lado, e os protecionistas sociais, de outro, que levaram ao impasse político e, finalmente, ao fascismo e à II Guerra Mundial. (Fraser, 2012, p. 4-5).

Diante das teses apresentadas, a questão de saber quais são as consequências para a vida social do "rumo ao mercado total" fica esclarecida – bem... até certo ponto pelo menos. Não se pode prever o curso da história, mas parece bem provável que se entrou já novamente num período turbulento e catastrófico, o qual estará marcado por conflitos sociais intensos e repetidos e trará ameaças crescentes à própria existência da humanidade. Talvez haja saída – é mesmo necessário pensar que ela existe – mas, por enquanto, há apenas uma luz fraca no fim do túnel. Mas o brilho da democracia radical pode acender mais e mais conforme se abandone o estatismo, o centralismo, o autoritarismo etc.

⁷ Fraser – é bem evidente – mantém aqui o modo de pensar de Polanyi, o qual já se criticou aqui em certa medida.

Referências

- Fleck, Amaro (2014) – Revisitar Polanyi? Notas sobre uma tentativa de atualização crítica. In: *Princípios – Revista de Filosofia*, vol. 21 (36), p. 335-350.
- Fraser, Nancy (2012) – *Can Society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis*. Working Paper Series, nº 18. Paris: Fondation Maison des Sciences de l’homme.
- _____ (2011) – Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. In: *Revista Direito FGV*, vol. 7 (2), p. 617-634.
- Polanyi, Karl – *A grande transformação – As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.